

Fiscalização de impacto em Rio do Sul e região soma 516 relatórios de fiscalização e 506 ART's



Entre os dias 11 e 15 de julho, o Crea-SC desenvolveu mais uma Fiscalização de Impacto em Rio do Sul e região. A ação contou com a participação de dez agentes fiscais em 30 municípios da inspetoria, com prioridade na área da construção civil. Também foram realizadas visitas de fiscalização, cumprimento de diligências, averiguação de denúncias e atividades de inspeção e manutenção periódica nas áreas das engenharias elétrica e mecânica.

A ação contabilizou 516 relatórios de fiscalização, 506 Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's), 76 selos de fiscalização, 175 ofícios de regularização, além de 74 documentos de outros conselhos.

As atividades iniciaram hoje pela manhã com uma reunião na Inspeção Regional de Rio do Sul onde foram definidos os roteiros de fiscalização. Participação da presidente em exercício Eng. Agr. Angela Cristina Paviani, do diretor regional de Rio Sul Eng. Civil Valdemiro Avi Filho e do gerente de fiscalização Eng. Amb. Ingo Eugênio Dal Pont Werncke.

Ingo ressalta que o Conselho atua diariamente em todo o estado com uma equipe de 43 fiscais. “As ações de impacto intensificam as atividades para suprir demandas específicas, permitem a autoavaliação do trabalho e também identificar novas possibilidades. É importante para os profissionais da engenharia, agronomia e geociências perceberem a presença e a atuação do Conselho, cumprindo seu papel de órgão fiscalizador, suprimindo as demandas e garantindo segurança à sociedade”, completa.

Toda atividade técnica relacionada às áreas que o sistema abrange exige a contratação de um profissional habilitado e com registro. Também é obrigatória a emissão do documento de ART, no qual o profissional assume a responsabilidade pela segurança e riscos destas atividades.

A fiscalização coíbe a atuação de leigos, ou seja, e pessoas que não são habilitadas para desempenhar tais atividades. Profissionais com registro também não podem exorbitar suas atribuições, podendo atuar somente na sua área de formação. A atuação é realizada de forma orientativa esclarecendo sobre a correta interpretação da legislação, esclarecendo também sobre os procedimentos de regularização

